



HABITATS DE INOVAÇÃO

Os parques tecnológicos são uma realidade no país. Nas regiões onde estão instalados mudam a paisagem local, incentivam novos negócios e movimentam muito dinheiro. O desafio agora é provar que esses espaços são mais que empreendimentos imobiliários

HABITATS DE INOVAÇÃO

Os parques tecnológicos são uma realidade no país. Nas regiões onde estão instalados mudam a paisagem local, incentivam novos negócios e movimentam muito dinheiro. O desafio agora é provar que esses espaços são mais que empreendimentos imobiliários



A VIRADA DO SÉCULO TROUXE AO BRASIL UM “BOOM” DE PARQUES TECNOLÓGICOS. SE ATÉ O INÍCIO DOS ANOS 2000, HAVIA DEZ INICIATIVAS DESSES EMPREENDIMENTOS,

Reportagem: Jéssica Sant’Ana

hoje são conhecidas 94 e, destas, 28 correspondem a parques funcionando plenamente. Nas regiões onde são instalados, mudam a paisagem local, geram empregos, incentivam novos negócios e movimentam muito dinheiro. O montante é alto: 5,8 bilhões de reais para instalação até 2013, sendo 22% oriundos de recursos federais, 42% estaduais ou municipais e 36% privados. Os dados são de estudo realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) e divulgado pela Associação Nacional de Entidades Promotoras

de Empreendimentos Inovadores (Anprotec). O desafio agora para os agentes envolvidos nesse setor é provar que esses espaços são mais do que projetos imobiliários. É mostrar que os complexos tecnológicos são mecanismos eficazes para gerar desenvolvimento socioeconômico. A meta é ousada, porque, apesar de alguns levantamentos, faltam indicadores de desempenho que avaliem o custo-benefício dos investimentos e modelos de governança que deem credibilidade e transparência às ações.

START PARA INOVAÇÃO

A ideia que começou em Stanford, nos Estados Unidos, na década 50, é reunir em uma mesma área física empresas, incubadoras, centros de pesquisa, laboratórios e instituições de ensino. O objetivo dessa aglomeração é criar o que eles chamam de ecossistema de inovação, ou seja, várias pessoas atuando em um mesmo espaço para desenvolver produtos e serviços inovadores de base tecnológica. Os parques não têm fins lucrativos, o dinheiro com alugueis e taxas é revertido para a manutenção e melhorias do empreendimento, que conta com infraestrutura básica (energia elétrica, água, esgoto, telecomunicações), edifícios institucionais e de negócios, ambientes tecnológicos (laboratórios e centros de pesquisa e desenvolvimento), área social

e de serviços. Em alguns casos, compartilham do mesmo terreno de universidades. Os seus acionistas são, normalmente, o governo e/ou instituições de ensino. Entre as áreas de atuação predominante estão tecnologia da informação (TI), energia, biotecnologia, saúde, petróleo e gás natural, telecomunicações, agronegócio, recursos hídricos, meio ambiente, transporte terrestre e hidroviário, aeronáutico, construção naval, espacial, mineral e economia criativa.

O projeto norte-americano de aproximar a academia do mercado para a transformação do conhecimento científico em inovação deu tão certo que se tornou modelo para o mundo inteiro. Aqui, apesar de terem surgido vários nos últimos anos, ainda é cedo para tirar conclusões. O que se sabe é que são 94 iniciativas espalhadas nas cinco regiões do país, 939 empresas instaladas, 32.237 mil empregos formais de alta qualificação e investimentos públicos e privados em torno de R\$ 5,788 bilhões. Tudo isso até 2013, quando foi feito o último levantamento do governo federal sobre o assunto. Os parques com maior envergadura em operação são o Tecnopuc e o Tecnosinos, ambos no Rio Grande do Sul, o Parque Tecnológico do Rio de Janeiro, na capital fluminense, o Porto Digital, em Pernambuco, e o Parque Tecnológico de São José dos Campos, em São Paulo. Já em

processo de implantação, o destaque é para o Sapiens Parque, em Santa Catarina. Os outros correm atrás em termos de tamanho e aporte financeiro. A grande concentração desses empreendimentos fica nas regiões Sul e Sudeste, com, respectivamente, 34 e 33 iniciativas. Do total, cerca de 30% estão em fase de projeto, 35% em implantação e 35% em operação. Os indicadores mostram, ainda, que são 73,7 milhões de metros quadrados de área física no país destinada a esses complexos – espaço maior que o estado da Paraíba e menor que Santa Catarina –, com 805 mil metros quadrados de área construída e 72,9 milhões disponível.

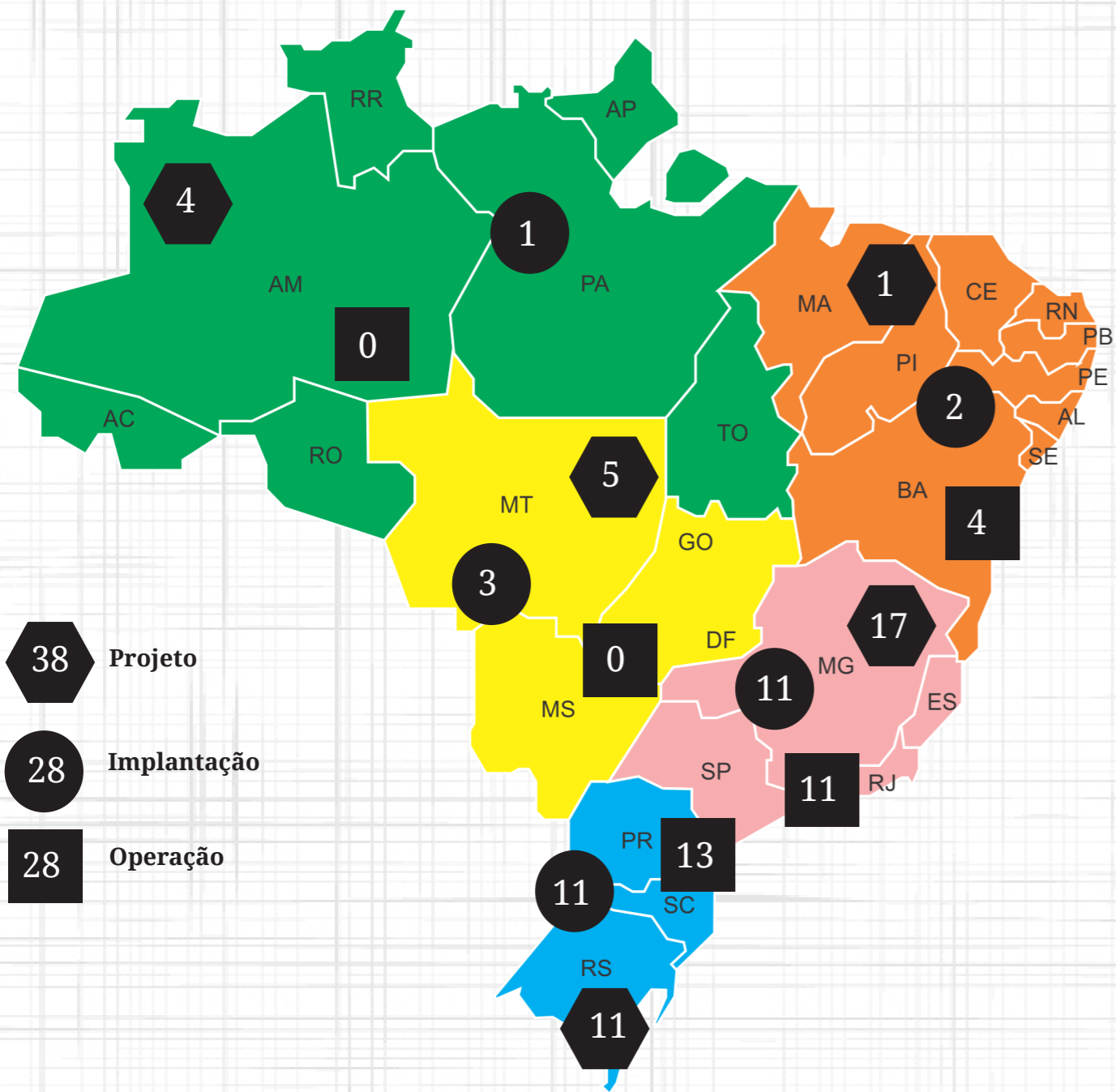
A primeira ação do país para que esses ambientes se tornassem realidade surgiu em 1984, com o lançamento do Programa de Parques Tecnológicos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Apesar da iniciativa, a ideia pouco saiu do papel e o tema ficou adormecido por quase uma década, devido à falta de uma cultura direcionada à inovação. Os primeiros empreendimentos, ainda que bem mais modestos que os modelos estrangeiros, surgiram nas cidades de São Carlos, Florianópolis, Curitiba, Campina Grande e no Distrito Federal. Essas experiências, segundo explicam Desirée Moraes Zouain e Guilherme Ary Plonski no livro *Parques Tecnológicos:*

planejamento e gestão, sofreram os impactos da descontinuidade, ausência de políticas públicas, resistência do ambiente acadêmico e falta de formalização. Algumas fecharam ou viraram incubadoras de empresas.

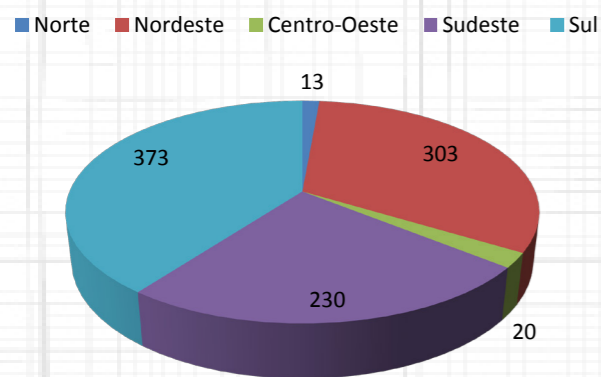
No mundo, a maioria dos parques surgiu na década de 90 (48%), 18% depois da virada do século e 34% são remanescentes do período anterior a 1990, segundo dados da Associação Internacional de Parques Tecnológicos (IASP, sigla em inglês). Os números demonstram que, na época da abertura da economia brasileira, já havia muitos projetos desses habitats em diversos países. O Brasil, porém, não percebeu o movimento que era desenhado internacionalmente. Só a partir dos anos 2000 que o governo entendeu que era necessário priorizar a inovação para gerar competitividade e diminuir a nossa dependência tecnológica em relação aos países desenvolvidos. “Éramos um grande exportador de commodities, de produto de baixo valor agregado. O máximo que fazíamos era adaptação de tecnologias externas a nossa realidade”, afirma o coordenador da rede Inovapucrs, Luis Humberto Villwock. Com a criação do Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e aos Parques Tecnológicos, em 2000, e da Lei da Inovação, em 2004, a ideia de implantar um parque entrou em moda e o dinheiro começou a

MAPEAMENTO DOS PARQUES TECNOLÓGICOS

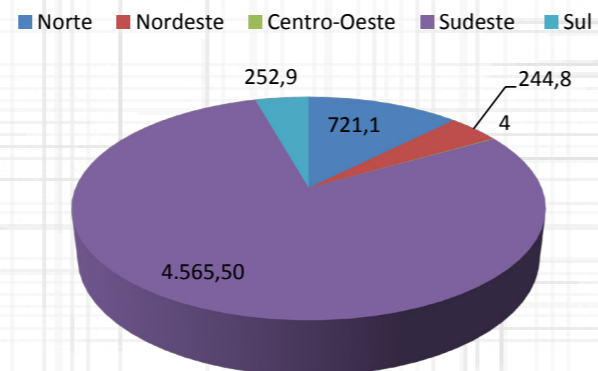
Distribuição das iniciativas de complexos tecnológicos pelas regiões do Brasil em seus diversos estágios de desenvolvimento até 2013, segundo dados do MCTI e da Anprotec



Total de empresas 939



Recursos investidos (em milhões)



O Parque Tecnológico do Rio de Janeiro está localizado na Ilha do Fundão, em uma área de 350 mil metros quadrados

Foto: Divulgação/Parque Tecnológico da UFRJ



O Porto Digital está localizado no bairro do Recife Antigo e hoje tem 250 empresas instaladas pelos prédios históricos

Foto: Divulgação/Porto Digital

ser liberado. “Hoje é difícil ter um político contra a instalação porque é algo comprovado que causa uma melhoria para a região”, explica Leandro Carioni, diretor da Fundação Certi, instituição de Florianópolis com experiência em projetos e implantação de pelo menos 20 parques tecnológicos em todo o país.

BENEFÍCIOS

Os parques tecnológicos têm como objetivo final trazer benefícios econômicos para os agentes envolvidos: governo, empresas e universidades, modelo conhecido como tripla hélice. A vantagem mais evidente para uma cidade é o aumento na arrecadação de impostos. Para funcionar, um parque precisa de empresas âncoras – multinacionais que escolhem o lugar para instalar seus centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D) –, várias empresas nacionais de médio e pequeno porte que atuam, prioritariamente, na área de TI e também as *startups*, negócios de base tecnológica que estão começando, mas que têm grande potencial de crescimento. Todas essas organizações arrecadam impostos que impactam no Produto Interno Bruto (PIB).

Um parque pode ser, também, o responsável por fortalecer ou mudar a matriz econômica de um município, como são os casos de Florianópolis e Foz do Iguaçu, respectivamente. Na capital catarinense, o setor de tecnologia

é o maior pagador de impostos, com 600 empresas de software, hardware e serviços, cerca de 6.000 mil empregos gerados e faturamento declarado de 1,5 bilhão de reais. A construção do Sapiens Parque tem como principal objetivo favorecer o surgimento de novas empresas locais e expectativa de gerar 27 mil empregos diretos e 33 mil indiretos em até 20 anos. No caso de Foz de Iguaçu, no Paraná, com o fim das obras da Usina de Itaipu, iniciou-se um processo de esvaziamento da cidade, já que não havia atrativos para reter os profissionais das áreas de engenharia que participaram da implantação da hidrelétrica. Para mudar esse quadro, o Parque Tecnológico de Itaipu foi criado em 2003 e hoje o município tem quatro instituições de ensino superior públicas, com mais de 110 cursos de graduação.

A implantação desses empreendimentos é capaz de trazer melhorias indiretas para um local, através da reurbanização e dos investimentos em infraestrutura. É o que aconteceu no bairro Recife Antigo, em Recife. A área do porto, que estava abandonada, foi restaurada para abrigar o Porto Digital, que hoje tem 250 empresas instaladas pelos prédios históricos revitalizados e cerca de 1.700 trabalhadores. A intenção é atingir, até 2020, 10% do PIB de Pernambuco e aumentar para 20



Foto: Jéssica Sant'Ana

O Tecnopuc tem 120 empresas e gera 6,3 mil postos de trabalho. São duas sedes: uma em Porto Alegre (foto) e outra em Viamão

mil funcionários.

Os parques tecnológicos são, ainda, ótimos espaços para criação de empregos de alta qualificação, já que abrigam centros de P&D e laboratórios. Até 2013, as empresas com sede em parques geravam 29.909 empregos diretos, sendo 1.098 ocupados por profissionais que possuem o título de doutor, 2.950 mestres, 2.364 com cursos de especialização e 17.630 com nível superior. Boa parte dessas vagas são ocupadas por estudantes das universidades

vinculadas ao parque que veem no local uma oportunidade para empreender. Há também os empregos indiretos, sendo 531 em equipes de gestão e 1.797 em institutos de pesquisa, a maioria das vagas ocupadas por professores.

A Aquafluxus, empresa de consultoria na área de recursos hídricos e meio ambiente sediada na incubadora do Parque Tecnológico do Rio de Janeiro, foi criada a partir do incentivo de um professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Três

alunos colocaram a ideia no mercado e a equipe conta hoje com cinco profissionais, todos ligados à universidade. A incubadora Raiar, que está no Tecnopuc, em Porto Alegre, já recebeu mais de 60 empresas e tem atualmente 22 incubadas, boa parte de estudantes da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). “Nós temos na incubadora projetos que começaram nos cursos de engenharia através de pesquisa, captaram recursos Finep e estão desenvolvendo seus protótipos”, diz Flávia Cauduro, gerente da incubadora.

Se há benefícios para uma região, as empresas também tiram proveito desses espaços apelidados de habitats de inovação. O diretor da Fundação Certi, Leandro Carioni, lembra que para a organização, o principal retorno não é financeiro. “Quando ela entra no parque tecnológico, um ambiente que tem gestão unificada, alguém olhando tudo e identificando oportunidades, ela deixa de ser uma empresa isolada para estar conectada nesse ecossistema. Então, o grande retorno é justamente ter a ajuda do gestor do parque tecnológico para captar investimentos, fazer negócios, expandir e melhorar o seu produto.”

O doutor em engenharia e gestão do conhecimento pela Universidade Federal de Santa

Catarina (UFSC) e assessor estratégico do Tecnopuc, Eduardo Guigliani, afirma que as empresas são atraídas pela possibilidade de realizar pesquisas em conjunto com laboratórios. “A conexão com o mundo acadêmico, o capital intelectual que a universidade oferece, a proximidade física e a contratação de mão de obra qualificada são os grandes fatores de sucesso para a empresa.”

Já os principais atrativos apontados pelos diretores das organizações são credibilidade e estrutura. “Quando um investidor, um *venture capture*, vem olhar para gente, eles vão ver o quanto estabelecidos estamos”, diz Israel Mendes, diretor da empresa de games Aquiris Games, que está alocada no Tecnopuc e recebeu no ano passado um aporte financeiro de 10 milhões de reais. Ele também afirma que, pelo fato do parque estar dentro da PUC-RS, eles podem usufruir de toda a estrutura que a universidade oferece, como biblioteca e centro de esportes, mesmo não sendo alunos. “É uma cidade particular. Tem tudo aqui dentro do campus. Nem em Porto Alegre tem isso direito”, enfatiza. A Softplan, empresa catarinense que desenvolve software de gestão, resolveu construir sua sede no Sapiens Parque justamente porque era um dos únicos espaços disponíveis em Florianópolis que poderia comportar toda a equipe.

As taxas e o aluguel que as

empresas pagam para estarem no parque são semelhantes a de lugares nobres, no caso das pequenas e médias, e até inferiores, diante do que gastariam as multinacionais fora de um ambiente desses. No Parque Tecnológico do Rio de Janeiro, o diretor Maurício Guedes explica que as grandes organizações constroem seus prédios e centros de pesquisa e depois pagam uma taxa de serviço pela utilização do solo que é muito inferior ao que elas gastariam no mercado tradicional. Em contrapartida, são obrigadas a investir 500 mil dólares por ano em contratos com a UFRJ.

Além de estarem em um espaço com estrutura física e tecnológica adequada, as empresas têm facilidades para conseguir financiamentos e incentivos a partir de recursos públicos. Marcos de Carvalho, diretor da Neoprospecta, empresa de biotecnologia instalada no Sapiens Parque, diz que muitos dos editais lançados por órgãos de fomento na área da ciência têm como pré-requisito que a instituição esteja alocada num ambiente tecnológico para conseguir acesso ao aporte financeiro.

DESAFIOS

Os parques tecnológicos são projetos de alta complexidade que envolvem riscos elevados, pois são criados em um cenário de incerteza sobre a futura geração de resultados. Para se

tornarem realidade, precisam superar três etapas. A primeira é o projeto, que inclui desde a escolha do local até estudos de viabilidade. Depois, a implantação, que envolve desde a construção da estrutura básica até a abertura de editais de atração de empresas. Por último, a fase de operação, em que os parques já estão sendo geridos e funcionando normalmente. “De forma geral, o principal entrave é o excesso de burocracia para viabilizar o projeto. Trata-se de empreendimentos de grande porte, que exigem investimentos elevados e também uma série de licenciamentos. Além disso, os parques tecnológicos ainda enfrentam entraves legais de conceituação e reconhecimento. Para se viabilizarem de uma forma mais rápida e efetiva, é fundamental que haja sinergia entre governo, academia e setor privado”, enfatiza a presidente da Anprotec, Francilene Garcia.

O principal desafio na fase de projeto é a obtenção de recursos para sua viabilização. Isso acontece porque como são empreendimentos considerados de alto risco atraem pouco a iniciativa privada. O resultado é a dependência do dinheiro público. As experiências nacionais demonstram que o governo normalmente fornece o terreno e a infraestrutura básica para o local, como rede de água, esgoto, energia elétrica e telecomunicação. Além disso, se compromete a investir no entorno,

com relação à mobilidade urbana, e em prédios de serviços e espaços de convivência. Até 2013, o governo federal tinha gasto R\$ 18,2 milhões com parques nesse estágio, o que representa a maior parcela de investimentos (54%). Em nível estadual e municipal, o aporte alcançava R\$ 11,5 milhões, ou seja, 34% do total, enquanto apenas R\$ 3,8 milhões (12%) eram oriundos de recursos privados. Além disso, os locais que têm projetos para instalação desses ambientes enfrentam dificuldades na regularização fundiária e em estudos de viabilidade técnica e econômica (EVTE), o que dificulta ainda mais a captação de recursos.

Mesmo quando um parque supera a fase de projeto e começa a ser construído, a legalização fundiária continua sendo um problema. Em Florianópolis, há um caso em que um ex-presidiário, que na época em que cumpria pena ajudou a plantar eucaliptos no chão em que hoje está o Sapiens Parque, entrou com ação na justiça dizendo ser dono de parte do local. Foram mais de dez anos, desde a aquisição do terreno no norte da capital catarinense, gastos para vencer processos judiciais.

Já depois de prontos, a maior dificuldade encontrada pelos gestores é a sustentabilidade financeira. A forma até então praticada para ganhar dinheiro e manter tudo funcionando – cobrança de



Foto: Jéssica Sant'Ana

aluguel, taxas e royalties – tem se mostrado ineficiente e colocando em risco a sobrevivência de várias iniciativas. Os exemplos norte-americanos demandam, em média, cerca de um milhão de dólares ao ano para o funcionamento, sendo que as receitas vêm das operações do próprio empreendimento, mas também de universidades e de todos os níveis de governo. A doutora em administração e consultora em gestão da inovação, Aline Figlioli, diz que, no Brasil, os recursos públicos para financiamento geralmente são escassos e descontinuados devido à troca de governo a cada quatro anos e que deveriam ser usados com parcimônia, visando atrair mais recursos privados, como investidores institucionais e capitais de risco.

OBSTÁCULOS

Apesar de existir um perfil completo dos parques tecnológicos no Brasil, ainda não há um modelo de avaliação eficaz sobre o retorno financeiro dos recursos investidos e uma adoção sólida de modelos de governança que deem transparência às ações, medidas fundamentais para atrair mais investimentos e consolidar o movimento. Os especialistas explicam que isso acontece por ser uma atividade muito recente. Tanto que o primeiro estudo oficial do governo federal sobre o assunto só começou em 2007 e parou logo no ano seguinte, voltando a ser realizado em 2012. Até o fechamento desta reportagem, o levantamento com dados de 2014 ainda não havia sido concluído, devido ao atraso na entrega dos

questionários e mudanças no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, segundo resposta da assessoria de imprensa.

A Fundação Certi estima que, para cada um real gasto pelo governo, o retorno é de R\$ 3,50 por ano depois que o projeto está consolidado. Mas, a verdade, é que os próprios administradores de um parque tecnológico têm dificuldade para mensurar financeiramente o retorno do empreendimento. Segundo Luis Humberto Villwock, coordenador na rede Inovapucrs, vinculada ao Tecnopuc, é complicado apreciar o volume de dinheiro gerado primeiro por causa do sigilo estratégico à informação. As empresas têm autonomia e não precisam prestar contas para os gestores do parque. Segundo, porque se trata

de pesquisa e desenvolvimento, ou seja, são criados produtos, fórmulas, inovações que depois vão para as fábricas para então serem comercializadas. Calcular o retorno financeiro disso, de acordo com Villwock, é muito abstrato. Alguns complexos tecnológicos conseguem, em parceria com o governo local, avaliar o impacto no PIB da região, através do pagamento de impostos. Além desse indicador de resultado, os outros utilizados até o momento são quantidade de empresas, de funcionários e de projetos criados em parceria com instituições de ensino, mas não são comparados ao volume de recursos aplicados, o que impossibilita saber o custo-benefício.

Os empreendimentos precisam, ainda, superar o desafio de implantar modelos de governança, um conjunto de políticas de gestão que busca eliminar os conflitos de interesses dentro da instituição, através de códigos de pré-conduta, e dar transparência e credibilidade à tomada de decisões. “Hoje, não tem nenhum parque no Brasil que tenha claramente implantado um modelo de governança corporativa”, afirma Eduardo Guigliani. Ele diz que o Tecnopuc será o primeiro a implantar e o processo, baseado em dois conselhos, um consultivo e um gestor, deverá ser concluído até o fim deste ano. Em geral, os habitats de inovação só têm conselho gestor, responsável pela

administração. Já o consultivo é formado por pessoas que não fazem parte do negócio internamente, mas que têm *know-how* para contribuir e propor ações inovadoras.

Outro obstáculo enfrentado é fazer o ambiente de sinergia funcionar. A criação do conglomerado é justamente para que haja troca de experiências entre os agentes envolvidos com o parque, resultando em fechamento de contratos e criação de novas parcerias. O que acontece, na prática, é que a interação das empresas com os gestores do parque e com laboratórios e instituições de ensino funciona de maneira eficiente. Mas, entre elas, a história é outra. *Startups* e pequenas e médias conseguem firmar parcerias com as grandes se são do mesmo segmento, caso contrário, uma não sabe nem que a outra existe. “O empresário brasileiro ainda não entende como uma Apple tem peças da Samsung. Eles ainda não conseguem trabalhar com a ideia de que é possível abrir tecnologia para o concorrente, estão muito fechados no sigilo, na confidencialidade do seu segredo de produção”, afirma Gabriela Mondadori, gerente de relações externas da Oz Engenharia, empresa instalada no Tecnopuc e que fabrica geradores de ozônio. O excesso de proteção à informação é tanto que, no Tecnopuc, por exemplo, os turnos de intervalo da Dell e da HP, multi-

FALTAM INDICADORES DE DESEMPENHO E MODELOS DE GOVERNANÇA QUE DEEM CREDIBILIDADE AOS PROJETOS DE PARQUES

nacionais concorrentes diretas, são em horários diferentes e os funcionários de cada organização almoçam em restaurantes distantes um do outro. Para tentar solucionar essa questão e melhorar a interação entre as empresas, os parques investem em espaços de convivência, palestras, cursos de aperfeiçoamento e *meetings*.

O movimento em prol desses habitats de inovação está montado, o grande e esperado “boom” já aconteceu, o dinheiro público começou a ser investido e a iniciativa privada já enxerga com bons olhos a ideia. Cabe aos envolvidos e maiores beneficiados com esses empreendimentos, ou seja, governo, empresas e universidades se articularem entre si para garantir a continuidade das ações, a superação dos desafios e assim provar para a sociedade que os esforços empregados não foram em vão. ●



NOVOS TEMPOS

Pela primeira vez, o termo inovação foi incorporado à Constituição Federal. Agora é a hora de colocar em prática o que está no papel

Reportagem: Jéssica Sant'Ana

Inovação não era prioridade para o Brasil. Enquanto países como Estados Unidos, França e Reino Unido investiam em complexos tecnológicos, o nosso país carecia de políticas públicas, empresas de alta tecnologia e de mecanismos eficazes para fazer com que as pesquisas geradas nas universi-

dades fossem revertidas em produtos e serviços para a sociedade. O próprio termo sequer existia na Constituição Federal. “Até pouco tempo, éramos procurados por colegas de outras universidades públicas que enfrentavam dificuldades tentando convencer os procuradores da legalidade da criação de uma incubadora

de empresas ou de um parque tecnológico”, afirma o diretor do Parque Tecnológico da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Maurício Guedes, em artigo publicado na *Locus*, revista da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec).

Os novos tempos para a ciên-

cia, tecnologia e inovação vieram em fevereiro deste ano, com a aprovação da Emenda Constitucional (EC) 85. Com a promulgação, o texto constitucional passou a incorporar a palavra inovação, e não apenas ciência e tecnologia, ao se referir às atividades que devem ser estimuladas pelo Estado. A legislação foi atualizada para que a pesquisa com foco em inovação possa receber aporte financeiro público, o que antes não estava explícito. A emenda amplia o leque de entidades de ensino que podem receber dinheiro e apoio do setor público. Além das universidades, serão beneficiadas as instituições de educação profissional e tecnológica e o repasse poderá ser feito pelo governo, tanto federal, estadual ou municipal, sem a necessidade de autorização legislativa, o que agiliza o investimento.

O novo texto, na prática, favorece o modelo conhecido por tripla hélice: atuação conjunta de universidades, empresas e governo para produção de novos conhecimentos que resultem em desenvolvimento socioeconômico. “No governo, tudo aquilo que você pode fazer tem que estar na lei e enquanto faltava a palavra inovação na Constituição, teoricamente, você não podia inovar. Ou, pelo menos, tentávamos fazer, mas sem um arcabouço jurídico que nos amparasse”, explica o diretor da Fundação Certi, de Florianópolis, Leandro Carioni.

Leandro Carioni, diretor da Fundação Certi, instituição com experiência na implantação de parques tecnológicos



Foto: Jéssica Sant'Ana

“A INCLUSÃO DA PALAVRA INOVAÇÃO RETIRA DA ILEGALIDADE UMA SÉRIE DE AÇÕES PRODUZIDAS”

Ele acrescenta que, “com a inclusão desse simples nome inovação, retira-se da ilegalidade uma série de ações produzidas.”

O que acontecia era que ciência e tecnologia eram desenvolvidas nas universidades, mas seus resultados pouco eram revertidos em produtos para a sociedade. A inovação, conceito criado pelo economista austríaco Joseph Schumpeter, é justamente lançar no mercado esses novos produtos, processos e serviços na busca de retorno econômico. Os parques tecnológicos mostram-se como alternativa para superar essa barreira e impulsionar a produção intelectual focada no desenvolvimento de patentes e soluções que possam ser comercializadas. Isso acontece porque esses empreendimentos são construídos no mesmo terreno de uma universidade ou, pelo menos, têm laboratórios liga-

dos a instituições de ensino. Além disso, são sede de várias empresas dos setores de tecnologia da informação e comunicação, energia, biotecnologia, saúde, petróleo e gás natural, o que proporciona um ambiente de interação entre os atores da tripla hélice. No exterior, o modelo já provou resultados, tanto que há cerca de 3.500 parques no mundo, com maior concentração na Europa (59%), seguida pela Ásia (21%), América Latina (8%), América do Norte (8%) e, por último, África (4%), de acordo com dados da Associação Internacional de Parques Tecnológicos (IASP, sigla em inglês).

A presidente da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inova-

dores, Francilene Garcia, diz que as perspectivas para os habitats de inovação são positivas, devido aos avanços das políticas públicas nas últimas décadas. Mas, ela reforça a necessidade de manutenção das conquistas recentes, como a promulgação da EC 85. “Acreditamos que é necessário criar, com urgência, outras formas de fomento à inovação para superarmos nossos gargalos e darmos celeridade ao processo de interiorização do movimento. O Brasil tem hoje um volume de recursos que não atende à demanda dos mecanismos de inovação e passamos constantemente por processos de contingenciamento dos recursos existentes.”

Segundo dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o investimento total do Brasil em inovação é de 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB), o que explica a 47ª posição no ranking de inovação da agência de notícias financeiras Bloomberg, à frente apenas de Argentina, África do Sul e Marrocos, e o 64º lugar no Índice Global de Inovação, calculado pela Universidade Cornell em parceria com a Organização Mundial para a Propriedade Intelectual (WIPO), ligada à ONU. Para piorar o cenário, com o ajuste fiscal, o governo reduziu a capacidade de investimento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), principal ferramenta do MCTI de apoio a

atividades de pesquisa e desenvolvimento. A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), gestora desse fundo, é a principal agência de fomento a iniciativas vinculadas aos parques.

Se há contingenciamento de dinheiro, espaço disponível para implantação de complexos tecnológicos é o que tem de sobra. A área física associada a esses empreendimentos totaliza quase 74 milhões de metros quadrados, mas apenas 1% desse potencial é de área construída. O diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação do Sapiens Parque, Antônio Diomário, reclama da falta de investimento público para que as obras do empreendimento localizado em Florianópolis sejam concluídas. “Embora haja comprometimento, recursos são negados. Infelizmente, ainda somos um país que prioriza o gasto público com o presente e o passado. Para o próprio bem do país, teria que

O NOVO TEXTO FAVORECE A ATUAÇÃO DO MODELO CONHECIDO POR TRIPLA HÉLICE: UNIVERSIDADES, EMPRESAS E GOVERNO

haver uma prioridade que já é de ordem constitucional em relação ao futuro. E o futuro passa por educação, ciência, tecnologia e inovação”. Apesar das reivindicações, o governo federal já investiu nos parques tecnológicos brasileiros R\$ 1,248 bilhão e os estados e municípios R\$ 2,427 bilhões, enquanto a iniciativa privada fez o aporte de R\$ 2,144 bilhões. Os montantes são altos, mas muito inferiores quando comparados ao que o governo aplica em educação básica, infraestrutura e saúde, por exemplo. Além disso, os valores são insuficientes para garantir a continuidade dos projetos em vigor, já que esses espaços têm grande dependência do poder público tanto na fase de projeto, quanto depois que entram em funcionamento.

Os parques no Brasil precisam, ainda, provar a eficácia na criação de novos produtos. Apesar de ser um modelo consolidado no exterior como ferramenta para alavancar a inovação, aqui é algo muito recente. Dados sobre patente, quantidade e qualidade dos produtos e serviços criados pelas empresas instaladas nos 28 empreendimentos em funcionamento no país ainda não existem, o que coloca em cheque a validade dos investimentos públicos e afasta a iniciativa privada. O arcabouço jurídico está montado, agora é o momento para os envolvidos colocarem em prática o que está no papel.

GIGANTES POR TRÁS DOS PARQUES

Centros de pesquisa e desenvolvimento de multinacionais impulsionam o crescimento dos parques tecnológicos brasileiros

Reportagem: Jéssica Sant'Ana

Escondido na Ilha do Fundão, às margens da linha vermelha e ao lado do conjunto de favelas da Maré, o Parque Tecnológico do Rio de Janeiro é o único ambiente do mundo que reúne as principais competidoras da área de petróleo e gás em um mesmo espaço. Cercadas por arame farpado em meia altura e cancelas ocupadas por seguranças vestidos de preto, é difícil ver alguém andando do lado externo dos prédios das empresas. Ao total, são 12 multinacionais instaladas em uma área

de 350 mil metros quadrados que eles chamam de campus. Apesar de estar no mesmo terreno da universidade federal, as ruas que contornam o parque nada se parecem com um ambiente universitário. O único grande movimento de pessoas acontece quando estacionam os ônibus que trazem os funcionários que atuam nos centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D). No resto do dia, o que se vê é o asfalto largo, bem feito, silencioso e sem identificação. É até difícil acreditar que cerca de duas mil pessoas passam por ali todos os dias úteis.

O local é o exemplo brasileiro de parque tecnológico mais bem sucedido na atração de empresas âncoras, gigantes do mercado com programas próprios de P&D. Baker Hughes, BG – Group, Br Asfaltos (Petrobras-Distribuidora), EMC², FMC Technologies, General Electric, Georadar, Halliburton, Schlumberger, Siemens/ Chemtech, Tenaris Confab e Vallourec já fazem parte da carteira do empreendimento, e Ambev e L’Oreal vão em breve se juntar a esse time. Há, ainda, 60 mil metros quadrados disponíveis para construção e os contatos de prospec-

ção de novos parceiros acontece constantemente.

Ter centros de pesquisa de multinacionais é requisito fundamental para que um parque tecnológico alcance resultados positivos. Essas empresas, por já serem reconhecidas internacionalmente, atraem outras instituições interessadas em fechar contratos. Os universitários deslumbram a possibilidade de não precisar sair da cidade que estudam para conseguir empregos de ponta. Com isso, o ecossistema de interação está formado e a probabilidade de sucesso para

todos os envolvidos diretamente é evidente, como aconteceu no Rio de Janeiro.

Quem chega ao Aeroporto Internacional Galeão e vai direto ao parque não imagina que após vencer o trânsito da capital fluminense encontrará um espaço que recebeu investimento de um bilhão de reais até 2013. Para chegar lá, é necessário pegar a intersecção da linha amarela com a vermelha, passar por uma estrada que cobre a Baía de Guanabara e atravessar toda a Cidade Universitária, onde está o principal campus da Universidade

Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que ocupa a maior parte da Ilha do Fundão, com 5,23 milhões de metros quadrados, o equivalente a cinco campos de futebol. O trajeto a pé deve demorar tanto que a opção da prefeitura foi colocar um ônibus gratuito que circula de ponta a ponta do terreno. Carros pela região são poucos e pessoas andando, só perto do restaurante universitário. Para achar o parque, é necessário passar pela Escola Politécnica e depois pela Faculdade de Letras, apesar de não haver placa de sinalização. A certeza de que se está na direção certa acontece quando se vê o prédio redondo, nas cores branca e laranja claro, com as letras que formam o nome “Parque Tecnológico da UFRJ” pregadas na parte superior da sede administrativa do empreendimento.

O sucesso do Rio de Janeiro na atração de âncoras se deve a descoberta do pré-sal, em 2007. Esse período foi o de maior impulsão da chegada de novas empresas do setor de óleo e gás que queriam estar num local próximo ao Centro de Pesquisas da Petrobrás (Cenpes), instalado na Ilha do Fundão, em 1970, à esquerda da praça de entrada. O parque tecnológico foi inaugurado em 2003, mas contava apenas com laboratórios vinculados à universidade e com a incubadora de empresas do Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia da UFRJ. A descoberta do pré-sal

Parque Tecnológico do Rio de Janeiro reúne as principais competidoras da área de petróleo e gás



Foto: Jéssica Sant'Ana



Foto: Jéssica Sant'Ana

fez com que as gigantes procurassem pelo terreno localizado no canto superior direito da Ilha do Fundão. O parque se transformou, então, no maior centro tecnológico de pesquisas em petróleo, gás e energia do mundo. Além disso, as empresas viram no espaço uma oportunidade de aproximação com o ambiente universitário, absorção de mão de obra qualificada e possibilidade de uso de laboratórios de referência.

Apesar da crise global da queda do barril de petróleo, chegando a ser negociado abaixo de 50 dólares, o empreendimento não para de crescer e visa expandir sua área de atuação. A chegada da GE, ao final de 2013, a L'Oreal que vai começar a funcionar até o fim deste ano e o contrato fechado com a Ambev são prova disso. O parque conta, ainda, com sete pequenas e médias empresas, 30 startups e um restaurante chama-

do Couve-Flor. Até 2013, a UFRJ recebeu 56 milhões de reais das empresas fruto dos contratos de pesquisa firmados. Esse número, de acordo com a assessora institucional do parque, Daniele Lua, deve aumentar mesmo com a crise do petróleo e o escândalo da Petrobrás, pois o aporte financeiro em pesquisa e desenvolvimento é prioridade para as empresas se reinventarem.

Em Porto Alegre, a Lei da Informática foi a propulsora para que grandes do setor de tecnologia da informação (TI) procurassem o terreno do Tecnopuc, parque tecnológico da Pontifícia Universidade Católica do Estado, com 11,5 hectares. Uma cláusula imposta pela legislação permite a concessão de incentivos fiscais a empresas do setor de TI e uma participação diferenciada no mercado caso provem que façam pesquisa e desenvolvimento no Brasil. Os gestores perceberam

essa exigência e convidaram a Dell e a HP a se instalarem no local. Elas aceitaram a parceria e estão lá até hoje. Logo depois veio a Microsoft com seu Centro de Inovação, fechando o trio de ferro que impulsionou o empreendimento que tem atualmente 120 organizações e gera 6,3 mil postos de trabalho. As últimas empresas de grande porte atraídas foram a Petrobras, que construiu um prédio de oito andares para abrigar o Instituto de Petróleo e Recursos Naturais, voltado para o bom aproveitamento das camadas de pré-sal, e a Globo.com, responsável pela distribuição do conteúdo do grupo no cenário digital. Lotado, o Tecnopuc expandiu os limites territoriais da capital gaúcha e inaugurou uma sede em Viamão, com 150 mil metros quadrados, com o objetivo atuar na área de economia criativa.

Os centros de P&D das gigantes têm potencial para gerar valor para as regiões onde estão inseridos através das inovações tecnológicas produzidas, pagamentos de impostos e absorção de mão de obra de alta qualificação. São eles que permitem que um parque tecnológico tenha foco específico em determinada área, o que impulsiona o crescimento do complexo imobiliário. Para pesquisadores do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, o triunfo de um parque deve ser medido pelo

impacto que tem no desenvolvimento regional e essa realidade só se constrói com uma política bem-sucedida de atração de empresas âncoras.

Ter uma área de vocação é essencial para facilitar a atração dessas organizações. No país, outro parque tecnológico que se destaca neste quesito é o de São José dos Campos, em São Paulo, às margens da Via Dutra, que atua, principalmente, no campo da aeronáutica. Em uma área de 6 mil metros quadrados, foi construído o Centro de Desenvolvimento Tecnológico de Aeronáutica. O espaço abriga a Boeing e a Embraer, duas das maiores indústrias de aviação do mundo, e o Instituto Tecnológico de Aero-

náutica, centro de referência no ensino de engenharia no Brasil.

Ainda em processo de implantação, o Sapiens Parque, em Florianópolis, não teve nenhum fator que ajudou a atrair uma companhia global para suas instalações, o que demonstra o desafio para os gestores fecharem esses contratos. O diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação do Sapiens, Antônio Diomário, afirma que a prioridade é incentivar a criação e o crescimento de empresas

catarinenses, mas confirma as tratativas para busca de uma âncora que dê mais visibilidade ao projeto. Ele diz que há negociações para instalação de um centro da General Electric.

De acordo com dados da Associação Nacional de Entidades

TER UMA ÁREA DE VOCAÇÃO É ESSENCIAL PARA FACILITAR A ATRAÇÃO DE MULTINACIONAIS



Foto: Divulgação/Parque Tecnológico de São José dos Campos

Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec), os 28 parques em funcionamento do país têm, em média, duas empresas âncoras por operação. Eles estão sempre abertos a prospectar novos programas de pesquisa e, para chamar a atenção das multinacionais, oferecem taxas de concessão de terreno e de manutenção por preços competitivos, acesso a laboratórios de instituições de ensino e fazem a intermediação de recursos

com agências de fomento. Se há concorrência entre os parques? O doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina e assessor estratégico do Tecnopuc, Eduardo Giugliani, é enfático ao dizer: “pelo contrário”. Ele diz que “um parque sozinho conquista menos, uma rede tem potencial para ser protagonista e exigir que o governo defina linhas estratégicas de fomentos e políticas de atração de empresas”. E é isso que está acontecendo •



ELAS DOMINAM OS PARQUES TECNOLÓGICOS

Startups e pequenas e médias empresas desenvolvem soluções que impressionam até as líderes de mercado

A Aquiris Games, sediada no Tecnopuc, recebeu investimento de 10 milhões de reais em 2014

Foto: Jéssica Sant'Ana

Roger Morato faz parte dos 45 milhões de brasileiros que têm algum tipo de deficiência, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010. Devido a uma doença chamada mielomeningocele, teve sua coluna vertebral comprometida na infância e a perna amputada em 2010. Há um ano, resolveu procurar emprego. Não aguentava mais ficar parado. Viu no jornal um anúncio que oferecia vagas de trabalho para pessoas com deficiência (PcD). Em uma semana, estava contratado pela Perto SA, empresa do grupo Digicon que atua nas áreas bancária e comercial. Neste ano, foi promovido e está próximo de terminar a faculdade de comércio exterior, iniciada em 2012.

De olho nesse segmento de mercado, três ex-alunos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) resolveram criar a empresa dona do anúncio de jornal que Morato leu: a Egalitê Recursos Humanos Especiais. A organização atua no recrutamento, seleção, treinamento e acompanhamento de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, preparando o ambiente para recebê-las. Também dispõe de um site de ofertas de emprego voltado exclusivamente para PcDs de todo o país, além de uma plataforma de educação a distância.

A ideia surgiu em 2007 quando um dos sócios fundadores, Guilherme Braga, cursava Direito na PUC-RS. Conhecendo a Lei 8.213/1991, que determina que as companhias com mais de 100 funcionários devem preencher de 2% a 5% dos seus cargos com pessoas com deficiência, o universitário teve o “estopim” para criar um modelo de negócio social. Num primeiro momento, ele e mais dois colegas lançaram a ideia no Torneio Empreendedor, evento promovido pela incubadora Raiar, instalada no Tecnopuc, parque científico e tecnológico da PUC-RS. Tiraram terceiro lugar, mas acharam que o negócio ainda não estava maduro para ir em frente. Pouco depois, captaram recursos financeiros via editais de apoio e submeteram o projeto para a incubadora. Foram selecionados em 2012 e passaram a integrar até o fim do ano passado o time de *startups* do Tecnopuc. A iniciativa deu tão certo que só a Perto SA, uma das clientes da Egalitê, já contratou 65 PcDs nos últimos dois anos.

Se nos centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D) das multinacionais é difícil descobrir o que está sendo produzido, *startups* e pequenas e médias empresas (PMEs) instaladas em parques tecnológicos fazem questão de mostrar que têm nas mãos soluções capazes de impressionar até as líderes de mercado. A Cliever Tecnologia, empresa que também começou como startup na Incubadora Raiar, do Tecnopuc, e que hoje ocupa uma sala comercial do parque em Porto Alegre,

Reportagem: Jéssica Sant'Ana

é outro exemplo. O idealizador do projeto, Rodrigo Krug, pausou os estudos na faculdade de Engenharia para criar a primeira fabricante brasileira de impressoras 3D. Antes, o produto só era fornecido por importação e custava em torno de 60 mil reais. Com o desenvolvimento de uma tecnologia nacional, a Cliver comercializa suas impressoras na faixa dos 5 mil reais e tem entre clientes a Embaer e a Intelbras.

As *startups* e as pequenas e médias representam a grande maioria – mais de 70% – das 939 empresas instaladas nos parques tecnológicos brasileiros, de acordo com dados do último estudo realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) em parceria com a Universidade de Brasília (UnB). Muitas dessas companhias surgiram de projetos de pesquisa ou do estímulo ao empreendedorismo nas universidades. As áreas de atuação estão entre tecnologia da informação e comunicação, energia, automação, química, meio ambiente, petróleo e gás, biotecnologia, agroindústria e indústria criativa.

Para conseguir entrar no parque, não há moleza. As *startups* e PMEs precisam, primeiro, preencher o requisito básico de ter uma ideia de produto ou serviço inovador de base tecnológica. Se o projeto estiver só no papel, podem se candidatar a uma vaga na



Sócios da Aquafluxus, empresa de consultoria incubada no Parque Tecnológico do Rio de Janeiro

Foto: Divulgação/Aquafluxus

incubadora do parque tecnológico. As incubadoras têm a missão de ajudar o empreendedor a montar seu modelo de negócio, transformar a ideia em algo rentável, facilitar o recebimento de investimentos e preparar a equipe para o lançamento no mercado. Normalmente, abrem inscrições todos os anos e sedem uma sala por até dois anos para as empresas se desenvolverem, através do pagamento de taxas de serviço e aluguel. Caso a empresa já esteja no mercado, a alternativa é concorrer através dos editais de concessão, que permitem que a pessoa jurídica alugue um espaço ou construa sua sede e usufrua de toda a infraestrutura física do parque. Para vencer a disputa, é fundamental mostrar que o negócio tem potencial de crescimento a médio e longo prazo, além da intenção de desenvolver pesquisas em conjunto com os laboratórios.

Criada por pesquisadores do Programa de Engenharia Oceânica do Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da

Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ) e alocada na incubadora do parque tecnológico da UFRJ, a Ambidados foi eleita a melhor empresa graduada de 2012 durante o Prêmio Nacional de Empreendedorismo Inovador. O resultado foi fruto do desenvolvimento de um equipamento capaz de obter dados em tempo real da altura e direção de ondas, correntes e marés. A tecnologia é utilizada para auxiliar empresas do ramo de petróleo com informações altamente confiáveis relativas à oceanografia. O instrumento produzido no Rio de Janeiro custa em torno de 75 mil reais, um terço do aparelho similar importado e o principal cliente é a Petrobras. Já a Aquafluxus, *startup* de consultoria na área de recursos hídricos e meio ambiente, também sediada na incubadora do Parque Tecnológico do Rio de Janeiro, é destaque por inovar ao desenvolver projetos de controle de inundações e de sistemas de drenagem através do auxílio de modelagem computacional, tecnologia desenvolvida

na Coppe e transformada em empresa por três engenheiros formados pela UFRJ. A solução já foi aplicada no Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro e em estudos da Petrobras, por exemplo.

O que atrai esses empreendedores para o parque é estar num ambiente junto das empresas reconhecidas internacionalmente. Isso traz credibilidade para aquele negócio que ainda está começando, mas que tem grande potencial para ser bem sucedido. Conseqüentemente, fica mais fácil para o gestor contratar mão de obra qualificada e conseguir recursos financeiros através de investidores anjo, pessoa física que aplica seu próprio dinheiro, ou de fundos de investimentos. Os donos das *startups* e PMEs ainda citam a facilidade na troca de conhecimento, maior produtividade nas atividades de pesquisa e alta taxa de sobrevivência das empresas instaladas em parques. “O maior valor agregado são as conexões que podem ser feitas com as universidades e com as empresas multinacionais, desde reuniões, capacitações, eventos formais e informais de *networking* para gerar parcerias”, explica a gerente da incubadora Raiar, do Tecnopuc, Flavia Caudo.

Em busca desse ambiente, a Neopropecta, empresa de pequeno porte que faz análise de bactérias em larga escala, instalou sua

sede no Sapiens Parque, em Florianópolis. A escolha do local foi motivada, principalmente, pela infraestrutura disponível. Ainda em construção, o complexo já tem pronto o Centro de Referência em Farmacologia Pré-Clínica (CRF), um prédio específico para receber negócios da área de ciências da vida, que demandam, por exemplo, estrutura de climatização diferenciada. Além de o parque oferecer todos os requisitos necessários para funcionamento da indústria, Marcos de Carvalho, sócio diretor da Neopropecta lista outras vantagens. “A marca do Sapiens e o reconhecimento de ser uma empresa que está dentro de um parque tecnológico. Temos múltiplas pessoas que visitam o local e acabam nos conhecendo, o que gera uma série de contatos. Somos a primeira empresa da área de ciências a se instalar no Sapiens e, logo que vierem as outras, o *networking* vai ampliar. Esperamos crescer junto com o parque”, diz Carvalho.

O que fez a Neopropecta conseguir um espaço no Sapiens Parque foi o desenvolvimento de uma tecnologia inovadora para fazer diagnóstico microbiológico em larga escala. Abaixo da linha do Equador, são os únicos que

fazem esse serviço. A solução permite que hospitais, clínicas, postos de saúde, indústrias farmacêuticas e de alimentos façam um mapeamento completo de possíveis focos de infecção de microrganismos, com detalhes de cada bactéria encontrada, um mapa de

A Neopropecta é a primeira empresa da área de saúde a se instalar no Sapiens Parque



Foto: Jéssica Sant'Ana

risco do local e recomendações para controle de qualidade. Isso tudo dentro do prazo de cinco dias, já que a tecnologia criada permite fazer análise de até 512 amostras de uma só vez. Entre os casos de sucesso da empresa está o controle do surto de superbactéria no Hospital Municipal São José, em Joinville, durante o ano passado. A empresa de biotecnologia tem 24 pessoas em sua equipe e na carteira de clientes o Hospital do Coração de São Paulo, Hospital Alemão Oswaldo Cruz, Hospital Mão de Deus, a indústria de alimentos Louis Dreyfus Commodities, Sabesp e a Universidade Federal de Santa Catarina •

ALÉM DOS MUROS

Mais do que empreendimentos imobiliários, os parques tecnológicos podem ser agentes de revitalização urbana

Reportagem: Jéssica Sant'Ana

Ao norte e leste, o Oceano Atlântico. A oeste, a Baía Norte. E ao sul, montanhas de mata nativa. Rodeado pela natureza em uma exuberante área de 4,5 milhões de metros quadrados, equivalente a quatro campos e meio de futebol, o parque tecnológico de Florianópolis ganha vida e os prédios em construção tomam forma na missão de transformar a capital catarinense num centro de referência em ciência, tecnologia e inovação aliado à sustentabilidade. A promessa é de 300 empresas espalhadas por edifícios destinados à pesquisa e desenvolvimento (P&D), 50 institutos e laboratórios de pesquisa, dez incubadoras, uma arena multiuso para eventos de negócios, lazer, entretenimento e esportes e um jardim botânico com 2,4 milhões de metros quadrados de área verde preservada. Uma oportunidade para a região norte, onde está o Sapiens Parque, se revitalizar e ganhar status de principal área econômica e social do município.

Apesar do cenário paradisíaco, os bairros que contornam o Sapiens têm péssima oferta de serviços públicos e espaços para cultura e lazer. Por exemplo, não há um ônibus que ligue sem paradas o centro da cidade à região. A rodo-

Região do Sapiens Parque carece de infraestrutura e de serviços básicos

Foto: Jéssica Sant'Ana

via SC-401, única estrada que dá acesso ao norte de Ilha, ainda recebe as intermináveis obras de ampliação, enquanto suas margens ganham mais condomínios residenciais e empresariais que tumultuam o trânsito. Faltam opções de banco e prestadoras de serviços para organizações. As praias são a principal opção de lazer para quem mora lá, pois faltam teatros, parques e quadras poliesportivas. Durante o verão, os moradores convivem com problemas de saneamento básico, desabastecimento de água e falta de energia.

A reurbanização é fundamental para o sucesso de qualquer parque tecnológico que venha a se instalar numa área menos desenvolvida. Com melhorias na mobilidade urbana, na segurança, nas opções de serviços públicos, na qualidade dos serviços essenciais e na disponibilização de opções de lazer, cultura e moradia, um parque deixa de ser um empreendimento tecnológico isolado para se tornar parte de um local em que se trabalha e se vive com qualidade. Os índices econômicos e sociais melhoram e a região, que antes era um problema para o setor público, vira modelo de cidade inteligente.

Um exemplo pioneiro e bem sucedido é o caso do Porto Digital, em Recife. Até a década de 1970, o bairro do Recife Antigo era considerado o grande centro econômico da capital pernambucana. Ele

abrigava o maior e mais moderno porto no Nordeste, inaugurado em 1918. No começo dos anos 80, com o início das operações do Porto de Suape, entre os municípios de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, na região metropolitana, o Recife Antigo passou por um processo de descentralização das atividades produtivas. O resultado da expansão industrial foi o esvaziamento do antigo centro econômico, que se tornou uma área de casarões históricos desocupados propícios para a criminalidade.

Diante do desejo do governo local de criar um parque tecnológico, a escolha do bairro foi estratégica para impulsionar o setor de tecnologia da informação e comunicação e, ao mesmo tempo, revitalizar uma região decadente. A partir dos anos 2000, foi criado o primeiro parque urbano aberto do Brasil em uma área de 1,4 milhão de metros quadrados que abrange a antiga zona portuária - o Recife Antigo - e trecho do bairro de Santo Amaro. Empresas globais como Accenture, Alcatel Lucent,

HP, IBM, Microsoft, Motorola e Samsung se instalaram nos casarões antes abandonados, agora revitalizados. Novas edificações foram construídas em harmonia com o patrimônio histórico da região datada da primeira metade do século XVI. E áreas de lazer e serviços, como bares e restaurantes, foram ampliadas para comportar as 250 empresas lá alocadas. Desde a sua criação, já foram realizados R\$ 90 milhões em investimentos na reforma, sendo um terço para melhorias de infraestrutura, outro terço para recuperação dos edifícios históricos e a última parte para construção da área de serviços.

Todas essas obras deram origem ao Porto Digital e reativaram a importância econômica e social da região do antigo porto para a cidade de Recife.

Os parques são ambientes prioritariamente urbanos. De acordo com dados da Associação Internacional de Parques Tecnológicos (IASP, sigla em inglês), apenas 5,9% desses complexos no mundo estão instalados fora das cidades. Isso se explica pelo fato de serem

A REURBANIZAÇÃO É FUNDAMENTAL PARA O SUCESSO DE QUALQUER PARQUE TECNOLÓGICO QUE VENHA A SE INSTALAR EM UMA ÁREA MENOS DESENVOLVIDA



Fotos: Divulgação/Porto Digital

Bairro Recife Antigo que foi restaurado para abrigar o Porto Digital

empreendimentos de grande porte, que necessitam estar em bairros com infraestrutura capaz de abrigar empresas de tecnologia avançada e facilitar a vida das pessoas que trabalham nesses lugares. Quando não há espaço para implantação no local mais adequado - junto aos centros urbanos e próximos a áreas de universidades - a alternativa é criar um projeto como o de Recife, que contemple a reestruturação de áreas abandonadas, uma política pública para preservação do meio ambiente, fomento à cultura local e qualificação da mão de obra.

No Rio de Janeiro, outro caso que prova o impacto positivo da instalação de um parque tecnológico para seu entorno,



se bem planejado. Parte da Ilha do Fundão, na zona norte da cidade, foi usada como despejo de entulho da construção da ponte Rio-Niterói. O resultado foi uma área degradada ambientalmente, com reflexos na Baía de Guanabara. Quando a ideia de construir o parque foi aprovada pelo conselho da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2000, começou a reurbanização do espaço. Foram três anos para conseguir tirar o entulho, aterrar a área e preparar o terreno de

com residências de um andar e até terrenos não utilizados, se impressiona com o prédio principal de 15 andares do Tecnopuc, parque tecnológico da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. A antiga área do Exército foi adquirida pela universidade, os prédios revitalizados e o complexo inaugurado em 2003. “Passaram a vir seis mil pessoas com exigências diferenciadas trabalhar na região. Então, comércios e edifícios residenciais foram construídos em volta com

servem de base para toda a sua estrutura viária e imobiliária. E o processo de reurbanização começou com a escolha do terreno. O espaço, uma área do Estado, estava sem uso e sofrendo processo de ocupação ilegal. Além disso, era ambicionado pelo setor imobiliário que queria construir imóveis tradicionais. Após diversos processos judiciais, a área foi recuperada e destinada à construção do parque tecnológico. Segundo o diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação do Sapiens



Sapiens Parque está em negociação para ter um centro de P&D da GE

Foto: Divulgação/Sapiens Parque

forma plana. O empreendimento funciona hoje plenamente e, para melhorar as condições de estrutura e atender o público que usa o espaço, estão previstas a construção de um hotel e um centro de convenções.

Mesmo em áreas já consideradas viáveis, um parque pode contribuir com mais melhorias para a região. Se antes quem passava pelas avenidas Bento Gonçalves e Ipiranga, em Porto Alegre, na altura do Jardim Botânico, via áreas bastante baixas,

o foco, prioritariamente, de abastecer esse público”, diz Eduardo Giugliani, assessor estratégico do Tecnopuc.

Florianópolis segue também essa linha de raciocínio. Idealizado em 2001 para impulsionar segmentos que já são vocações da cidade, como turismo, tecnologia da informação, meio-ambiente e serviços, é unanimidade entre os especialistas que o Sapiens Parque tem potencial para promover programas de desenvolvimento regional nos cinco bairros que

Parque, Antônio Diomário, está prevista a construção de um fórum judiciário avançado sem papel e a instalação de uma sede do hospital Sarah Kubitschek, referência em alto nível tecnológico. As obras do contorno viário, as ampliações das subestações de energia, água e esgoto e a ligação de fibra ótica já começaram, pelo menos. “O Sapiens acaba sendo uma âncora para atrair melhores condições de infraestrutura, renda e qualidade de vida para toda a região”, conclui Diomário ●

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
JORNALISMO - 2015.1**

**Aluna: Jéssica Sant'Ana de Oliveira
Orientador: Jorge Ijuim**

**Florianópolis, SC
Junho de 2015**